

Introdução

1.

... *por amor de Deus* ... não é apenas uma expressão que se utiliza de forma banalizada para demonstrar incredulidade. Ela conserva, ainda hoje, o sentido original sendo empregue quando se pede, ou mesmo quando se oferece, alguma coisa: dá-se uma esmola *por amor de Deus*; pede-se um donativo *por amor de Deus*. É, no entanto, uma expressão oral que raramente surge no discurso escrito, embora nos tenhamos deparado com alguns exemplos mais ou menos directos na documentação consultada ao longo deste trabalho, o que prova a sua utilização na época que nos propomos estudar. Por outro lado, ... *por amor de Deus* ... sintetiza, em nosso entender, o fundamento que está na base da prática das *obras de misericórdia*: compaixão pelo próximo, que se manifesta no socorro que lhe é prestado, não apenas pela reversibilidade deste género de caridade que a Igreja defende, mas, principalmente, pelo reconhecimento da figura de Cristo naquele que é considerado o “próximo”. Como é referido na célebre passagem do Evangelho de São Mateus, que sustenta a doutrina das *obras*, “porque tive fome e deste-me de comer, tive sede e deste-me de beber (...) em verdade vos digo: Sempre que fizeste isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizeste” (Mt 25, 34-40).

A escolha do tema das *obras de misericórdia* surgiu muito antes de nos propormos realizar esta dissertação. A representação das *obras de misericórdia* em azulejo constitui um núcleo homogéneo e perfeitamente delimitável para quem pretende estudar a azulejaria do século XVIII, numa abordagem não circunscrita ao universo dos pintores de azulejo e respectivos *corpus*, mas conferindo particular atenção à iconografia, ao tratamento e condicionamento do espaço por parte deste material cerâmico e aos contextos religioso, social, político e cultural envolventes.

Metodologicamente, começámos por considerar cada um dos programas individualmente, privilegiando uma abordagem de âmbito quase monográfico, que se revelou fundamental para a leitura de conjunto depois realizada. Nesta fase, foram consultados todos os arquivos das Misericórdias em estudo ainda existentes, procurando informações relativas à encomenda e ao pagamento das campanhas azulejares, tarefa que concluímos com um saldo muito positivo, pois apesar da ausência de nomes de pintores, o material encontrado sobre a organização do trabalho revelou-se bastante interessante.

A presente dissertação tem por base o exercício que acabámos por descrever (cujo resultado se encontra expresso em fichas no Apêndice 1), divide-se em duas grandes partes, dedicadas à contextualização e à representação, em azulejo, das *obras de misericórdia* no Portugal setecentista.

O primeiro capítulo é o reflexo do nosso percurso na tentativa de melhor compreender os conceitos de Misericórdia e de *obras de misericórdia*, através da evolução doutrinal e da fixação de um enunciado. Serviu para conhecer o pensamento dos principais Padres e Doutores da Igreja, bem como um vasto conjunto de catecismos e livros de espiritualidade, a par dos mais significativos exemplos artísticos desta iconografia, reflexos e motores de mudanças neste contexto. Importa realçar que, nesta panorâmica sobre a evolução das *obras de misericórdia* na Europa, procurámos nunca perder de vista a realidade nacional, daqui resultando uma visão condicionada pelo conhecimento da conjuntura artística e confraternal do nosso país.

Não descurámos o papel da assistência nem o problema da pobreza, mas a sua abordagem foi, obrigatoriamente, muito genérica, apenas se mencionando a literatura de amparo que floresceu no século XV e que era conhecida em Portugal aquando da fundação da Misericórdia de Lisboa. Esta situação repete-se em relação à prática das *obras* num sentido mais vasto, que teve nos conventos e nas ordens religiosas, a par das vidas dos santos especialmente devotos do exercício das *obras*, os seus melhores exemplos. O elevado número de manifestações artísticas que traduziram toda esta actividade impossibilitou, no entanto, o seu tratamento. Esta exclusão prolongou-se, também, aos exemplares conhecidos em território nacional, de que é paradigmático o conjunto de azulejos da segunda metade do século XVIII, na entrada da igreja do antigo convento de São Pedro de Alcântara, em Lisboa. A abrangência de toda esta matéria implica um outro tempo e um espaço que dificilmente se compatibiliza com uma dissertação de Mestrado, razão pela qual optámos por nos cingir às representações das *obras de misericórdia* enquanto programa ideológico de uma instituição leiga de fundamentos religiosos, embora devidamente integrado num contexto mais vasto.

No segundo capítulo, concentrámo-nos na acção destas confrarias, estudando a sua evolução, o seu funcionamento, a prática de cada uma das catorze *obras* e os seus principais meios de expressão e visibilidade. Se a primeira parte constitui a dissertação, no contexto da qual se procura estudar a produção historiográfica, num discurso orientado, a segunda corresponde à tese propriamente dita, onde se reflecte e defende uma proposição concreta: a representação das *Obras de Misericórdia* como imagem de propaganda e credibilização das confrarias num período de crise.

É com o primeiro capítulo da segunda parte que entramos na análise comparativa dos conjuntos azulejares propriamente ditos, no sentido de estabelecer linhas de orientação e características comuns entre eles. Integramos nesta área o estudo sobre a organização do trabalho e a encomenda. O capítulo final consiste numa leitura iconológica que é, também, a conclusão das abordagens anteriores sobre os conjuntos de azulejos dedicados às *obras de misericórdia* e a sua relação com as confrarias encomendadoras.

Importa salientar três aspectos metodológicos. A identificação das imagens alusivas a *obras de misericórdia* foi efectuada através da consulta das principais obras de referência sobre azulejaria, nomeadamente o inventário do século XVIII efectuada pelo Engenheiro Santos Simões e publicado postumamente, da leitura da totalidade das fichas sobre Misericórdias que integram o Inventário do Património Arquitectónico (IPA) da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), que tem vindo a conferir especial importância ao património destas confrarias, da leitura das monografias sobre Misericórdias, ou de catálogos de exposições, que têm vindo a ser realizados. Face à imensidão do universo confraternal e ao facto do inventário da DGEMN não abranger a totalidade das confrarias, optámos por enviar a cada uma das Misericórdias, com existência comprovada no século XVIII, uma carta solicitando informações sobre a presença, nas instituições, de representações de *obras de misericórdia*. Apesar da estranheza que a missiva causou em muitas das confrarias, registámos cerca de 30% de respostas aos cerca de trezentos e-mails e cartas enviados, e a descoberta de alguns *novos* exemplares. Este processo de consulta às Misericórdias foi iniciado em colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas, que se disponibilizou a encaminhar um inquérito para todas as confrarias associadas. Infelizmente acabou por não o fazer, razão pela qual decidimos concluir a tarefa, fundamental para o trabalho em desenvolvimento, através dos nossos próprios recursos. Queremos com isto salientar que foi efectuada um enorme esforço na inventariação da representação de *obras de misericórdia*, mas tal não significa que o processo esteja concluído e que tenhamos identificado todas as imagens. Inicialmente, pensávamos poder incluir neste estudo um conjunto de azulejos que, sem aludir directamente às *obras*, apresentava temas bíblicos passíveis de serem associados como tal. Mas o conjunto ficou resumido a apenas dois exemplos – Chaves e Sousel.

Os restantes aspectos prendem-se com opções de terminologia. O texto do enunciado das *obras de misericórdia* que seguimos é, ainda hoje, utilizado no contexto das confrarias, mantendo-se inalterado desde os primeiros Compromissos. É verdade que acabaremos por concluir que a fonte escrita utilizada na concepção dos programas iconográficos foi outra, ou

outras, mas devido às dificuldades na sua identificação e à inexistência de um enunciado fixo, optámos pelo emprego daquele que é afecto às Misericórdias.

É actualmente aceite a indiferenciação do uso dos termos “irmandade” e “confraria”, a propósito das Misericórdias, e os historiadores empregam as palavras de forma indiscriminada. O problema radica na diferenciação estabelecida aquando de determinadas fundações, como a da Misericórdia de Lisboa, ou de Lamego, onde existia uma confraria e uma irmandade, a primeira mais alargada e a partir da qual era formada a irmandade, um grupo mais restrito e cujos membros seriam eleitos para os órgãos administrativos. Na verdade, a documentação do reinado de D. Sebastião continua a referir a necessidade da confraria eleger a irmandade, sendo os irmãos os únicos a ter acesso a cargos institucionais¹. Apesar desta questão não ser pacífica, optámos por seguir a linha orientadora da mais recente publicação dedicada às Misericórdias – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* – que emprega preferencialmente o termo confraria, referindo-se depois aos seus membros como irmãos.

Resta justificar a inexistência de um Apêndice documental, que se encontra na integração das referências ao longo dos textos-ficha de cada um dos conjuntos, não nos parecendo ser relevante a repetição destes dados à parte, que se resumem, na sua grande maioria, a entradas de pagamentos nos livros de Receita e Despesa.

2.

Esta dissertação não teria sido possível sem o apoio e colaboração das instituições, professores, amigos e colegas que a seguir mencionamos, e a quem muito agradecemos.

Em primeiro lugar, ao Professor Doutor Vítor Serrão, nosso professor e orientador da presente dissertação, que nos acompanhou ao longo deste percurso pelas *obras de misericórdia*, incentivando-nos e apoiando-nos desde a primeira hora.

Um agradecimento particular aos Provedores e funcionários das Misericórdias em estudo, que nos facilitaram as visitas aos espaços e à documentação. Neste âmbito, cumpre ainda agradecer as respostas das Misericórdias ao inquérito enviado, e as imagens e textos que nos facultaram. Entre estes, não poderíamos deixar de referir, pela forma como nos ajudaram,

¹ Sobre esta questão consulte-se António de OLIVEIRA, “A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres”, *Memórias da Misericórdia de Coimbra Documentos e Arte – Catálogo*, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, pp. 13-14, nota 11; e Laurinda ABREU, “O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime”, *Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*, no prelo (agradecemos à Dra. Laurinda Abreu e ao Dr. Jorge Fonseca a cedência do texto).

o provedor da Misericórdia de Peniche, Dr. Carlos Sá, o Encarregado geral da Misericórdia de Montemor-o-Novo, o senhor Pedro Carvalho.

No contexto do acesso aos espaços, agradecemos ainda ao Dr. José Alberto Assis e Santos pela amabilidade de deixar fotografar os painéis de Estremoz, a Luís Pereira, da Sociedade Filarmónica Artística Estremocense, ao Dr. Miguel Portela Morais, proprietário da Quinta do Paço de Cardido que autorizou a visita à capela sem qualquer restrição e à D. Fátima que nos guiou, ao Dr. Filipe Benjamim dos Santos, da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pelas cópias de algumas comunicações que gentilmente nos enviou, à Sra. D. Maria João Real e seu marido por terem permitido o acesso parcial ao arquivo do Eng.º Santos Simões quando este não se encontrava ainda disponível para consultas, à Dra. Vera Pinto Basto pela inestimável colaboração na tarefa de fotografar e conhecer os painéis de Grândola.

Ao professor Vincenzo Pacelli e à sua filha Francesca pela amabilidade e indicações bibliográficas. Ao Federico Botana pelas trocas de e-mails e por toda a orientação: sem as suas preciosas pistas não teria sido possível aceder a uma série de bibliografia fundamental.

Ao professor José Meco as várias conversas sobre azulejaria e as indicações que connosco partilhou.

À Prof.^a Doutora Laurinda Abreu por toda a orientação e pela forma como sempre recebeu os nossos e-mails cheios de dúvidas, respondendo rapidamente e incentivando-nos da melhor maneira possível.

À Prof.^a Doutora Paula Marçal Lourenço e à Prof.^a Doutora Fátima Reis, nossas professoras na cadeira suplementar que frequentámos, do mestrado de História Moderna.

Ao Paulo Fernandes, uma palavra de agradecimento muito especial, não só porque sempre nos incentivou e soube motivar, mas também pela *obra de misericórdia* que foi ter acompanhado de perto o desenrolar desta dissertação sobre um período tão distante e tão menos interessante do que o pré-românico. Confio que a reciprocidade da prática das boas *obras* o possa recompensar devidamente!

À Joana Balsa Pinho, doutorando que estuda a arquitectura das Misericórdias e que tantas e tão úteis indicações me foi enviando ao longo dos meses. À Isabel Pires pela atenta leitura do recente inventário do século XVIII e pelos dados que me facilitou. À Luísa Jaquinet pela amável tradução da bibliografia em italiano que tanto nos auxiliou e ao André Rosa pela tradução da bibliografia alemã.

Aos amigos que sempre nos incentivaram a avançar e depois nos apoiaram em diversas fases: a Carla Varela Fernandes, a Susana Flor, o José Alberto Ribeiro, o Pedro Flor.

À Patrícia Monteiro e à Ana Mântua, pela amizade e por angústias partilhadas, bem como a todos os colegas de Mestrado. Agradecemos ainda ao Joaquim Caetano as indicações e as fotografias de pintura mural.

Às minhas colegas e companheiras da causa gifiana, sempre presentes e prontas a resolver qualquer dúvida – Catarina Oliveira, Sílvia Leite, Rita Aragão, Inês Colaço, Ana Margarida Batista (e Francisco, presente nos nove últimos meses) - obrigada por todo o apoio e amizade. Um agradecimento particular à Catarina Oliveira e à Sílvia Leite que ao *corrigir os que erram*, leram toda a dissertação apontando cuidadosamente os erros e as gralhas, comentando e sugerindo alterações que tanto beneficiaram o texto.

A todos os amigos que dividiram connosco os avanços e recuos deste trabalho, aturando-nos tantas e tantas noites de conversas sobre Misericórdias: a Nanda e a Ana Rosa em particular, o Lúcio, o Carlos, o Paulo, a Marta, a Anita, o Rogério, o Ricardo ...

E como os últimos são sempre os primeiros, aos meus pais, que acompanharam todo o processo ao longo destes quase três anos.